

Grande Reportagem em Radiojornalismo - Brasil, entre a fé e a Constituição¹

David Medina Girão RIOS²
Amanda Matos Feitosa de SOUSA³
Luiza Carolina Silveira Pereira de FIGUEIREDO⁴
Nathanael Lopes FILGUEIRAS⁵
Nyara Oliveira CAVALCANTE⁶
Rômulo Almeida da COSTA⁷
Edgard PATRÍCIO⁸
Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE

RESUMO

A grande reportagem *Brasil, entre a fé e a Constituição* é fruto de um conjunto de produções elaboradas ao longo da disciplina de Radiojornalismo II, orientada pelo Professor Doutor Edgard Patrício, do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. O produto trata de questionar a efetividade do Estado Laico no Brasil, instituído pela Constituição Federal, temática com abordagem de pouca expressividade na mídia tradicional, por meio do aprofundamento inerente do gênero reportagem. Neste documento, explicamos um pouco acerca do processo de produção desta grande reportagem, os razões que levaram à exploração da temática como elemento de contribuição social para elucidar sobre a liberdade de credo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado Laico; Constituição, grande reportagem; radiojornalismo

1 INTRODUÇÃO

A grande reportagem *Brasil, entre a fé e a Constituição* que apresentamos a seguir é fruto de um conjunto de produções elaborado ao longo da disciplina de Radiojornalismo II, orientada pelo Professor Doutor Edgard Patrício, do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Ceará. Com o propósito de explorar a temática escolhida para além da notícia ou do factual, a proposta da produção deveria incorporar a relevância social e o jornalismo informativo e investigativo. Para que fosse possível desenvolver uma temática e uma pauta

¹ Trabalho submetido ao XVII Prêmio Expocom 2015, na Categoria Jornalismo, modalidade Documentário jornalístico e Grande Reportagem em áudio e rádio

² Aluno líder do grupo e estudante do 7º Semestre do Curso de Jornalismo, email: davidmgrios@gmail.com

³ Estudante do 7º Semestre do Curso de Jornalismo, email: amandamatosfs@gmail.com

⁴ Estudante do 7º Semestre do Curso de Jornalismo, email: luizacarolinafigueiredo@gmail.com

⁵ Estudante do 7º Semestre do Curso de Jornalismo, email: nathanaelfilgueiras@gmail.com

⁶ Estudante do 7º Semestre do Curso de Jornalismo, email: nyaraoliveira@gmail.com

⁷ Estudante do 7º Semestre do Curso de Jornalismo, email: romulocostace@gmail.com

⁸ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo, email: edgard@ufc.br

a partir dessas características, partimos de um gancho da factualidade para, então, expandir a esfera do conteúdo que já havia sido tratado pela grande mídia de modo superficial e analisar quais outros aspectos ainda não haviam sido explorados.

No primeiro semestre de 2014, período em que a grande reportagem foi planejada e produzida, uma determinada questão continuava chamando atenção em todo o país: o pastor e deputado federal Marcos Feliciano (PSC - Partido Social Cristão) havia sido eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil, cargo que exerceu entre os meses de março e novembro de 2013. Desde o início de sua gestão, o deputado gerou controvérsia por diversas declarações polêmicas, principalmente em relação a temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto. Tendo em vista que tal controvérsia se evidenciava a partir do claro posicionamento religioso fundamentalista e radical do deputado frente a uma instância governamental, a equipe enxergou a oportunidade de ampliar a perspectiva sobre a dimensão e a competência da laicidade, ou neutralidade religiosa, da nação brasileira.

A partir desta factualidade, questionamos no planejamento da pauta a falta de neutralidade religiosa ou o posicionamento religioso não institucionalizado no Brasil, desde as pequenas referências cotidianas ligadas às crenças de maioria cristã às grandes decisões políticas ligadas a princípios dogmáticos que afetam milhões de cidadãos. Por isso, investigar esses aspectos nos permitiu ultrapassar a barreira da superficialidade da notícia, visto que “a reportagem não cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, mas do levantamento de um assunto conforme ângulo preestabelecido” (LAGE, 1998, p. 46).

Além disso, constatamos que tal temática possuía pouca expressividade e aprofundamento nos veículos da grande mídia, apesar da extrema relevância social, especialmente para grupos minoritários, religiosos ou não, que não convergem com os preceitos da maioria cristã brasileira e sofrem com a falta de respeito, espaço e representatividade.

2 OBJETIVO

2.1 Geral:

- Produzir uma reportagem radiofônica que abordasse e questionasse a efetividade da laicidade instituída pela Constituição Federal.

2.2 Específicos:

- Levantar os principais questionamentos sobre as interferências religiosas e dogmáticas na política e na sociedade.
- Explorar como a interferência religiosa da maioria cristã, sobretudo nas instâncias políticas do país, afeta a autonomia de credo de minorias.
- Entender quais justificativas as religiões majoritárias possuem para permanecer com tamanha influência frente à laicidade instituída no país.
- Debater até que ponto tais influências garantem o respeito à diversidade e à liberdade de credo ou não credo.
- Exploração as possíveis medidas para garantir a eficácia da laicidade no Brasil.

3 JUSTIFICATIVA

De acordo com o artigo 19º, inciso primeiro, da atual Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

É vedado ao Estado estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público. (BRASIL, Art. 19, §1)

Ademais, conforme o artigo quinto, inciso sexto do mesmo texto, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, Art. 5, §6).

A partir desse conhecimento, subentende-se que, por lei firmada pela carta magna desde a redemocratização do país, o Brasil não institui qualquer religião ou credo como sendo a oficial do Estado. Portanto, tem-se aí um Estado Laico ou Secular onde, em tese, nenhum dogma religioso deve interferir nas decisões governamentais, além de assegurar a igualdade e a liberdade de crença a todos os cidadãos, sem qualquer distinção ou favorecimentos.

Apesar de tais artigos definirem o Brasil como um país laico, na prática, é possível observar claramente que, seja no dia-a-dia das expressões culturais ou nas decisões políticas, o Estado não garante uma neutralidade de credo ou ideologias religiosas, nem trata de forma igualitária as diferentes manifestações religiosas ou mesmo a não crença.

Exemplo disso é influência política da Bancada Evangélica, frente parlamentar do Congresso Nacional do Brasil que assume um posicionamento político com base na ideologia cristã protestante, interferindo de maneira contrária em temas sociais relevantes, como direito ao aborto, à eutanásia, e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, além da igualdade racial, de gênero e religiosa, como é possível observar no trecho da matéria a seguir, publicada no portal do jornal Folha de São Paulo em 4 de dezembro de 2013:

cotidiano

Comissão de Feliciano derruba projetos sobre igualdade de gênero e raça

MÁRCIO FALCÃO
DE BRÁSILIA

04/12/2013 @ 17h45



Em meio a um protesto solitário a favor do aborto, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara rejeitou nesta quarta-feira (4) um projeto de lei que estabelecia normas de igualdade de gênero e raça nas condições e oportunidades de trabalho e na remuneração no serviço público.

O texto foi derrubado pela bancada evangélica porque determinava que "servidores públicos terão igualdade de oportunidades e de trato, independentemente de sua etnia, religião, opinião política, gênero e orientação sexual".

Além disso, é massiva a representatividade de tal frente parlamentar evangélica, formada por diversos partidos, nas instâncias governamentais do Brasil. Segundo matéria publicada no portal do jornal Gazeta do Povo em 20 de abril de 2013, se unidos à época, os deputados da Bancada Evangélica formariam o terceiro maior partido da Câmara.

PARLAMENTO

Bancada evangélica seria 3.º partido da Câmara

Crescimento de denominações protestantes aumentou representação na Câmara. Eleitores religiosos escolhem candidatos com valores parecidos aos seus

20/04/2013 | 21h18 | Chico Marés

Texto publicado na edição impressa de 21 de abril de 2013

Desse modo, ao constatar a força representativa de parlamentares cujas ideologias religiosas e conservadoras sobrepõem o posicionamento puramente político, não é de se

espantar que haja choque entre os interesses religiosos e as demandas sociais atuais. Partindo desse contexto social, cultura e político, a proposta da grande reportagem *Brasil, entre a fé e a Constituição* é questionar a ausência da prática da laicidade no país e expor como o Estado aparenta omissão em assegurar a neutralidade religiosa declarada em lei, além de certificar a igualdade entre as distintas formas de crença, incluindo também não crença, e a não interferência de princípios dogmáticos em questões âmbito político.

A proposta de produção e veiculação da temática em formato de grande reportagem radiofônica parte, sobretudo, da habilidade que a radiodifusão possui em abranger um nicho de público amplo e diversificado, estabelecendo meios que permitem discutir tópicos relevantes e pertinentes à sociedade como um todo. Segundo o radialista André Barbosa Filho, o rádio age como ferramenta de informação e formação do coletivo, de onde é possível assimilar sua função social. Além disso, “deixa como legado princípios como ação, atuação, transformação e mobilização” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 25). Considerando-se a abrangência social e geográfica da temática laicidade, a radiodifusão surge como meio eficaz para alastrar o debate de um contexto tão enraizado e presente em nosso cotidiano.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Para produzir a reportagem dentro da dinâmica proposta pela disciplina de Radiojornalismo II, o trabalho em grupo e o cumprimento assíduo dos prazos estabelecidos foram essenciais. Tendo em vista que a grande reportagem *Brasil, entre a fé e a Constituição* é subdividida em cinco reportagens, a cada uma das produções os autores se revezavam entre as distintas funções exigidas para elaborar o material: produção, roteiro, locução, e edição. As atividades eram distribuídas de modo que todos os estudantes pudessem experienciar as diferentes funções durante o processo, mas sempre de forma paritária, integrada e coletiva.

A primeira etapa do processo consistiu na escolha da temática e na elaboração de um planejamento para definir qual a abordagem e os aspectos relevantes a serem explorados ao longo das cinco reportagens, quantidade considerada ideal para cumprimento do calendário da disciplina. Com o planejamento geral, que descrevia o propósito de cada uma das reportagens, foi possível definir a natureza das fontes que contemplariam a abordagem almejada. A partir de então, todos da equipe se mobilizaram para buscar nomes no intuito de montar uma espécie de mailing. Organizamos as disposições das fontes a cada

reportagem para que a temática pudesse ser trabalhada de modo a congregar uma multiplicidade de ângulos, vozes e pontos de vista, já que “todos os citados ou atingidos por reportagens tem direito à voz (...)” (BARBEIRO & LIMA, 2001, p. 31).

Tendo em vista a finalização do planejamento e as fontes definidas, fomos a campo para a apuração. No total, tivemos cinco semanas para a produção, a execução da pauta e a edição da grande reportagem do trabalho. Ou seja, a cada semana era necessário finalizar uma reportagem que, somadas, deveria compor a grande reportagem. Parte das entrevistas eram realizadas pessoalmente, com o auxílio de gravadores ou celulares, ou via telefone, dependendo da disponibilidade da fonte em questão ou à distância em que ela se encontrava, já que algumas eram naturais de outros estados. Nesse ponto, as entrevistas tinham a intenção de colher o máximo de informações que uma determinada fonte poderia conceder, a fim de utilizá-las também em reportagens e subtemática futuras. Geralmente, entrevistávamos de 3 a 4 fontes por semana.

Colhidas as entrevistas, partíamos para o momento de seleção dos trechos mais expressivos de cada fonte e, só então, montávamos um roteiro que contemplasse as subtemáticas pré-definidas. Entretanto, tal estratégia não se limitava às predefinições do planejamento, podendo a relevância das informações colhidas interferirem em possível reorientação das abordagens. A predefinição serviu apenas para nortear a reportagem, e não restringi-la. O roteiro era elaborado por um par de estudantes e, posteriormente, disponibilizado em plataforma online para que cada um pudesse opinar.

Após cada uma das reportagens e subtemática finalizadas, o material era analisado em sala de aula, juntamente com a orientação do professor e das considerações dos outros estudantes da disciplina, com a finalidade de termos um retorno crítico quanto à qualidade técnica e informativa do produto. Cada uma das observações feitas acerca do trabalho eram devidamente registradas e levadas em consideração para aperfeiçoar a execução da reportagem seguinte.

Desde a primeira subtemática, definimos a identidade sonora da grande reportagem por meio de um BG (background) fixo para a introdução. Definimos que o corpo da reportagem receberia um BG cambiante que permitisse uma integração sonora à temática, mas sem destoar do ritmo estabelecido logo na primeira reportagem. A escolha de inserir um BG, além de propor a identidade sonora, auxiliou ao trazer dinamismo próprio às peças.

Elegemos um estudante para a locução, que realizou a tarefa por meio de dispositivos móveis (aparelho celular), com o cuidado de gravá-los em ambiente acusticamente isolado. Para a edição, utilizamos o *software* Sony Vegas.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

A grande reportagem *Brasil, entre a fé e a Constituição* é formada por uma série de cinco reportagens, divididas em subtemáticas que, juntas, abrangem a temática geral: a laicidade no Brasil. Cada uma das reportagens possui, em média, seis minutos, contabilizando, ao todo, exatos 30 minutos e 24 segundos. A escolha de cada subtemática e a ordem em que cada uma está disposta na grande reportagem auxilia em uma melhor compreensão da temática geral e forma “uma narrativa que engloba, ao máximo, as diversas variáveis do acontecimento” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 89).

A primeira subtemática faz referência ao conceito de laicidade ou secularidade, inserindo o conceito frente à contextualização da realidade observada nos âmbitos político, social e cultural, e trazendo um cenário histórico da laicidade no Brasil. Trata-se, portanto, da justificativa do tema e exposição de aspectos que indicam que a laicidade do Estado não é respeitada ou seguida, apesar de instituída constitucionalmente. De onde parte o não cumprimento da laicidade? Podem as religiões e as igrejas intervir nas decisões e demandas de cunho social geral e em na liberdade de culto de credos minoritário? O objetivo, portanto, é introduzir o assunto ao ouvinte e levantar os principais questionamentos sobre as interferências religiosas e dogmáticas no Estado.

Já na segunda subtemática, de pronto, abordamos os posicionamentos das crenças pouco representadas ou minoritárias que, com frequência, tem sua liberdade de culto e credo cerceada pela maioria cristã no Brasil. O objetivo aqui era discutir como as diferentes formas de manifestação da liberdade religiosa presentes no país, para além do cristianismo, enxergam a praticidade ou a deficiência da garantia de um Estado Laico brasileiro. O propósito era explorar como a interferência religiosa da maioria cristã, sobretudo nas instâncias políticas, afeta a autonomia de credo de minorias como umbandistas, mulçumanos e ateus, fato que geralmente estimula o preconceito e a intolerância.

Na terceira subtemática, a finalidade era compreender como as Igrejas Católica e Evangélica, principais entidades de representação religiosa e cristã no Brasil, enxergam a intervenção dos dogmas de seus representantes no contexto político e social. Como a maioria religiosa lida e exerce seu poder de influência frente às decisões políticas e às demandas sociais atuais? Nesta subtemática, abrimos espaço para que representantes cristãos pudessem justificar, a partir do seu ponto de vista, a influência das igrejas frente à laicidade instituída no país.

A quarta subtemática tratou das influências das religiões no cotidiano da população, como os feriados religiosos, os símbolos cristãos em repartições públicas e o proselitismo religioso frequentemente veiculado nos meios de comunicação, como rádio e TV. Abordamos situações que, de tão comuns, fazem com que os indícios da falta de separação entre o Estado e a Igreja passem despercebidos. O objetivo, portanto, era explorar o quanto de influência cristã carregamos em nossa cultura, muitas vezes de modo inconsciente, e até que ponto tais influências garantem o respeito à diversidade e à liberdade de credo.

Na quinta e última subtemática, propusemos a exploração de possíveis medidas para garantir a eficácia da laicidade do estado e para que, então, este pudesse ser o propulsor de uma cultura de respeito e tolerância entre as diversas manifestações de credo, ou não credo, constatadas no Brasil. Como garantir a neutralidade de posicionamento religioso do Estado, sem que haja omissão e sem que somente as religiões majoritárias tenham espaço e poder de decisão? A finalidade, portanto, não era de propor uma solução em específico, mas buscar instigar a sociedade a enriquecer os debates sobre a temática por meio de diversas óticas.

6 CONSIDERAÇÕES

Devido à possibilidade de experimentação e a liberdade editorial dentro do meio acadêmico em Jornalismo, a temática, que muitas vezes é tratada com polêmica, pôde ser abordada com delicadeza, seriedade e profundidade de maneira plural, entre vários pontos de vista e aspectos.

Portanto, a elaboração de *Brasil, entre a fé e a Constituição* proporcionou tanto a prática do gênero reportagem em radiojornalismo, sempre com o auxílio do suporte teórico proposto pela disciplina, quanto à contribuição social cabível ao jornalismo, ao

levantamento de uma discussão referente aos princípios laicos violados no Brasil, situação que impacta direta e indiretamente a vida e a liberdade do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo. **Manual de radiojornalismo: produção, ética e internet**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BARBOSA FILHO, André. **Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio**. São Paulo: Paulinas, 2003.

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 25 mai. 2015

Folha de São Paulo (Jornal). **Comissão de Feliciano derruba projetos sobre igualdade de gênero e raça**. Tirada de: <<http://goo.gl/5CNXVw>> Matéria publicada em 4 de dezembro de 2013

Gazeta do Povo (Jornal). **Bancada evangélica seria 3.º partido da Câmara**. Tirada de: <<http://goo.gl/aQpgED>> Matéria publicada em publicada 20 de abril de 2013

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1998.